



Melancolia e Racismo na República das Letras: As “recordações” e a “mágoa” de Lima Barreto

GIZLENE NEDER¹

“Já apareceu o tal mulatinho? Não tenho pejo de confessar hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos” (LIMA BARRETO, 1981: 72). A surpresa do personagem reporta o tratamento dado pelo delegado de polícia que apurava roubo na pensão onde o jovem provinciano se hospedara desde que chegara à Capital. A passagem é retirada do *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1907). Permite-nos a identificação do sintoma de um sujeito singular (o escritor Lima Barreto) e, ao mesmo tempo, remete-nos ao contexto social e político da passagem à modernidade na cidade do Rio de Janeiro, poucas décadas após a abolição da escravidão. Que o *Recordações* apresenta várias evidências de um esboço de autoanálise, com variações ficcionais que o distancia, por exemplo, do *Diário do Hospício*, é ponto passivo entre os intérpretes da produção literária de Lima Barreto (1881-1922). Analisamos neste trabalho o emaranhamento entre a ficção e a biografia conhecida do escritor, tendo em vista a identificação do sofrimento produzido pela condição de negro e pobre numa sociedade aristocrática e ex-escravista.

Articulamos esta reflexão com outro livro do autor, de 1920, escrito dois anos antes de sua morte e um após ter sido novamente recolhido ao hospício, fato que lhe inspirou o romance “*O cemitério dos vivos*” (inconcluso, pois foi interrompido pela morte em 1922). Em “*Histórias e Sonhos*”, Lima Barreto reúne uma coletânea de contos sobre a cidade do Rio de Janeiro e sobre as peculiaridades de seus habitantes. Contém algumas paródias, em contos cheios de imaginação, carregados de ironia e comicidade: “*Harakashy e as escolas de Java*” ou “*O Congresso Pan-planetário*”, por exemplo. Num destes contos, “*Mágoa que rala*”, o autor desenvolve uma reflexão sobre crime e castigo, onde desconstrói a crença nos saberes médico (psiquiátrico) e jurídico. Já tendo se engajado como articulista na imprensa operária, suas observações sociológicas sobre os hábitos e costumes cariocas são ácidas e implacáveis, ao mesmo tempo em que manifesta vasta informação sobre o campo intelectual europeu (era leitor do periódico “*Revue de Deux Mondes*” e de outras fontes de crítica literária). Em “*Mágoa que*

¹ Professora Titular de História da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do CNPq e da FAPERJ. Editora de *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*- <http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/index>



rala”, Lima Barreto refere à subjetividade e às doenças da alma numa narrativa que contempla a investigação policial sobre um crime, a culpa, a punição, a saúde mental e suas novidades. Deslinda o episódio com uma reflexão de corte psicanalítico.

Na produção literária de Lima Barreto enfocada neste trabalho queremos capturar as relações entre cultura e os sentimentos políticos implicados. Trabalhamos com o método indiciário da micro-história de Carlo Ginzburg, combinadamente com a perspectiva metodológica da Escola de Frankfurt para a análise literária para os estudos da cultura política desenvolvida por Carl Schoske (*Viena-fim-de-siècle* e *Pensando com a História*). Este trabalho vincula-se a projeto de pesquisa intitulado “*Pathos e Saúde nas Repúblicas das Letras* (Guimarães Rosa, James Joyce e Lima Barreto)”.

O crime (saber jurídico)

Uma jovem mulher de origem alemã (Graüben Hunderbrok) é encontrada morta numa moita do Jardim Botânico. A descrição da cena do crime ganhou publicidade nas páginas policiais da cidade do Rio de Janeiro. Ao lado do corpo foi encontrado com punhal. Entretanto, a jovem fora morta por asfixia. O punhal continha uma inscrição em espanhol na lâmina: *soy yo!* Tratava-se de uma arma de luxo e os armeiros chamados para opinar sobre ela hesitaram na identificação de sua procedência.

Em tom sarcástico, Lima Barreto informa ao leitor que o inquérito havia sido instruído pelo delegado Dr. Marcos Garção (...)

“(...) feito delegado de polícia, por empenhos de políticos do interior e sendo ele mesmo de São Sebastião de Passa Quatro, pecava por inteiro desconhecimento do Rio de Janeiro, de forma que, apesar de ter alguma inteligência, andou dando por paus e por pedras, cego, tonto, numa descontinuidade de esforços de causar riso e pena” (LIMA BARRETO, 2008: 187-188).

Apesar da ironia fina e do riso, de fato, a construção do texto expõe uma perspectiva nada simpática à instituição policial; a intenção de desconstruir o saber policial é evidente: o delegado nada entende do Rio de Janeiro, pois vinha de uma cidade do interior e foi apadrinhado para galgar o posto de autoridade pública que ocupava.



As investigações policiais apuraram, através de muitos imigrantes espontâneos que chegavam ao Rio de Janeiro, com passagem por Buenos Aires, que este fora o trajeto de Graüben. A polícia argentina noticiou que ela estivera na cidade do Prata, havia quatro anos, quando viera da França como criada (tinha na ocasião 23 anos de idade), acompanhando uma rica família argentina. Meses depois, despediu-se bruscamente e transferiu-se para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, trabalhava como arrumadeira em um hotel de luxo de Santa Tereza ou do Silvestre.

O Jardim Botânico – local do crime – recebe de Lima Barreto uma descrição histórica, sociológica e ambiental notável; atualíssima ainda nos dias de hoje. Após tecer longas considerações sobre seu idealizador, D. João VI – e sobre o carinho e a receptividade de seus moradores ao monarca português -, Lima Barreto alfineta a burguesia tecendo considerações sobre o relativo abandono do lugar. O abandono é visto pelo autor como motivado pelo descaso do poder público e pela ausência de interesse da burguesia pelo Jardim Botânico. Entretanto, foram sucessivas as internações de Lima Barreto no hospício; a primeira internação data de 1914, após grave crise alcoólica; é internado novamente em 1916 e em 1918 é considerado “inválido” para o serviço público (era amanuense na Secretaria da Guerra, cargo que ocupava desde 1903, após suspender seus estudos na Faculdade de Engenharia Civil da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, para sustentar a família). Na trama do conto (“*A Mágoa que rala*”), a polícia, a sociedade e a imprensa escrutinaram as causas, a história da vida privada da criada alemã (que tinha um filho de quatro anos), os imigrantes espanhóis (inscrição no punhal) e os alemães. Eis que chega à delegacia um rapaz de vinte e poucos anos e confessa o crime; surpresa e perplexidade geral. Nova rodada de depoimentos, averiguações e de matérias em jornais. Nesta altura, Lima Barreto conduz seus leitores rapidamente para um rol de evidências da inconsistência da confissão de Lourenço da Mota Orestes. Em suma, ninguém acreditou que o rapaz havia cometido o homicídio; nem a polícia, nem os amigos, ou os jornalistas.

A loucura (saber médico)

Através da narrativa contendo os depoimentos de amigos e familiares de Lourenço, Lima Barreto constrói os argumentos sobre a “mágoa que rala”.

O saber jurídico-policiaI empregado na investigação do assassinato da jovem criada alemã (ainda que dotado de várias modernidades da investigação policial profissional e científica (NEDER, 2012), foi narrado como absolutamente inútil e incapaz de descobrir pistas capazes de provar a autoria do crime. Pelos depoimentos, a polícia conclui para inocência do



réu confesso; mas também não dá muitas mostras de aplicar com eficácia o conhecimento técnico e científico apregoado pela instituição policial. A própria narrativa de Lima Barreto desloca a atenção do leitor, progressivamente, do suspense policial para outro tipo de expectativa: o esmiuçar da vida familiar e privada de Lourenço para entender as motivações psicológicas para que empreendesse a confissão de um crime.

Lourenço era filho de um velho português. Segundo seu relato, até os 20 anos, seu filho é alegre, gostava de regatas e de festas. Aos 16 anos pedira ao pai que lhe arrumasse um emprego, pois não pretendia estudar; foi empregado numa casa comercial atacadista e foi morar fora da casa dos pais. O pretexto era ficar mais próximo do clube de regatas. Aos 19 anos, soube que seu filho abandonara o emprego e fugira. Foi ao patrão do filho, soube que este lhe adiantara dinheiro e sumiu. O pai pagou pelo que devia o filho, mas não soube mais de Lourenço. Quase dois anos depois soube que o filho vivia em São Paulo na maior miséria, exercendo profissões subalternas de carregador ou varredor. Trouxe o filho de volta, mas este não era mais o mesmo: triste, choroso e calado; lia livros espíritas e de religião. “Não atinava com a mágoa do filho, e temia que se matasse” (LIMA BARRETO, 2008: 190). Sobre o crime do Jardim Botânico o pai de Lourenço nada sabia; antes imaginava o filho louco - tinha mania de martírio, mas que não era capaz de fazer tamanha maldade. Feito o exame de sanidade mental, Lourenço foi para o hospício, já que sua implicação no crime não foi comprovada. No hospício permaneceu internado por dois meses; quando “Juliano Moreira, que empregou todo o seu saber e toda a sua quente simpatia para decifrar aquele angustioso enigma psicológico” (LIMA BARRETO, 2008: 201). Lá foi observado cuidadosamente e não foi encontrada qualquer perturbação nas suas faculdades mentais. “Era homem comum, o médio, sem nenhuma degenerescência ou psicose, inferior ou superior, acentuada” (Idem).

Neste ponto, Lima Barreto que, como dissemos, havia acabado de passar por mais uma internação por alcoolismo, envereda-se por explicações do saber médico-psiquiátrico. Naquela conjuntura tanto o campo jurídico (policial) quanto o campo médico realizavam a apropriação das inovações epistemológicas promovidas pelo positivismo cientificista e pelo evolucionismo. O alcoolismo passara a ser tratado como doença, inclusive pelo saber jurídico e especialmente pelos intelectuais que assumiram no início do século XX a direção do Gabinete de Identificação da Chefia de Polícia do Distrito Federal, Rio de Janeiro, diretamente reportado ao Ministério da Justiça (LIMA, 1914). Entre os intelectuais que empreendem este debate encontrava-se Elyσιο de Carvalho (CARVALHO, 1910), que havia se aproximado do movimento anarquista e da boemia carioca. Antônio Cândido coloca Elyσιο de Carvalho como um “radical de ocasião”



(CÂNDIDO, 1980); ele, como tantos outros intelectuais de diferentes matrizes ideológicas, vivenciara em algum momento de sua trajetória uma experiência de crítica social radical.

Para o que interessa ao argumento deste trabalho, convém sublinhar que havia uma sincronia no processo de apropriação das inovações científicas pelo campo intelectual da Capital Federal, tanto em relação ao saber jurídico, quanto do saber médico. Esta apropriação ocorre no mesmo tempo da produção deste saber nas duas margens do Atlântico, não havendo, portanto, “atraso cultural” nas relações dos intelectuais brasileiros em relação à produção científica europeia. A reprodução da ideologia colonizada que referiu por décadas a fio ao “atraso” e à “dependência cultural” situava a América Latina como “periferia” que gravitava em órbita de “centros” mais “avançados” de produção do saber. Nas relações de força sociais e políticas que pautavam as relações internacionais na virada do século XIX para o XX, tal visão obscureceu, por exemplo, o intenso processo de circulação de ideias e apropriação cultural que ocorria em uma via de mão-dupla, como mostra do trabalho de Mario Eduardo Costa Pereira (COSTA PEREIRA, 2007: 18-53) a propósito da recepção do artigo de Juliano Moreira e Afrânio Peixoto em congresso internacional ocorrido em Lisboa em 1905, citado e referido, tanto por Freud quanto por Lacan.

Portanto, livros e pessoas circulavam com relativa facilidade e eram lidos e recepcionados no Brasil e na Europa ao mesmo tempo.

Lima Barreto assume em “*Histórias e Sonhos*” a discussão que porta o saber médico-psiquiátrico. Preencheu na escrita deste conto, inclusive, o lugar de Juliano Moreira, cuja “quente simpatia” não havia conseguido deslindar de imediato o caso de expiação de culpa do Lourenço. E antecipa uma interpretação de cunho psicanalítico. Como se sabe, Juliano Moreira era médico psiquiatra; conhecia a obra de Freud, mas não aderiu à psicanálise. Na relação de Lima Barreto com o saber médico-psiquiatra não encontramos a mesma ironia desqualificadora presente na montagem da personagem do delegado de polícia. Juliano Moreira é tratado respeitosamente pelo escritor; o mesmo respeito que havia recebido do médico quando de sua internação. “Na segunda-feira, antes que meu irmão viesse, fui à presença do doutor Juliano Moreira. Tratou-me com grande ternura, paternalmente, não me admoestou, fez-me sentar a seu lado e perguntou-me onde queria ficar” (LIMA BARRETO, 1993: 27). Entretanto, na forma como Lima Barreto dispõe a narrativa de a “*Mágoa que rala*”, deixa que o leitor anteveja um impasse que leva à situação inconclusiva da personagem principal. No hospício o jovem que se dizia culpado de um crime que não cometera passou dois meses e os médicos não chegaram à conclusão sobre sua loucura...



A Mágoa

Nas duas últimas páginas do conto, somos conduzidos por Lima Barreto para a narrativa do *pathos* de Lourenço.

A consciência de ter (...)

“(...) desonrado o seu nome, de ter cometido um crime vil e covarde, de ter injuriado, maculado a honra dos pais e da família, era o que o roía interiormente, o desassossejava, o relava dia e noite, silenciosamente, sem que ele avaliasse bem a tensão desse estado d’alma, até o dia em que a notícia do assassinato da pequena alemã, num recanto afastado do Jardim Botânico, sugeriu-lhe a ideia de resgatar o seu erro de rapazola com uma condenação por assassinato” (LIMA BARRETO, 2008: 202).

Foi levado a júri e absolvido. Na proclamação da sentença de absolvição protestou contra ela, dizendo-a iníqua e injusta face à sua consciência.

“Sou um criminoso, ninguém melhor do que eu pode afirma-lo, quero sofrer, para resgatar-me e poder, então, viver outra vez com alegria e satisfação, no convívio com meus semelhantes. Fez seu protesto, sentou-se; não houve apelação. E Lima Barreto pôs um ponto final ao conto” (Idem).

O simpático, o psicanalista e o “doido”.

As referências à simpatia de Juliano Moreira e ao “doido do Nietzsche” foram colhidas nos contos de *“Histórias e Sonhos”*. A alusão ao filósofo alemão atua para este trabalho como uma janela para a interpretação que questiona a afirmação de “atraso cultural” que é hegemônica nas interpretações sobre a formação histórico-cultural brasileira. Dois aspectos desta alusão ao filósofo alemão a serem sublinhados.

O primeiro deles diz respeito à interpretação que estamos encaminhando sobre os estudos sobre o processo de circulação de ideias e apropriação cultural, já enunciada. A referência a Nietzsche, assim como a outros autores em evidência no campo intelectual



internacional naquela conjuntura atua para este trabalho como mais uma confirmação da sincronia do campo intelectual brasileiro com o que se produzia e discutia nas duas margens do Atlântico. Os livros de Nietzsche foram lidos no Brasil no mesmo momento em que eram lançados na Europa. O acervo da Biblioteca Nacional – a mais importante biblioteca pública do país sediada na Capital Federal – possui uma edição de 1887¹. Outra biblioteca pública da Capital Federal, o Real Gabinete Português de Leitura, também possuía obras de Nietzsche editadas entre fins do século XIX e início do XX. O Real Gabinete Português de Leitura havia sido criado em 1837 por iniciativa de imigrantes portugueses que lutavam contra o absolutismo (e inspirados na maçonaria) e tornou-se uma biblioteca pública em 1900; seu acervo passou a ser acessado pelo público leitor carioca. De seu acervo, consta a biblioteca particular de outro escritor, João do Rio (1881-1921), um contemporâneo de Lima Barreto e integrado às redes de sociabilidade literária, e à boemia, carioca. Temos aqui elementos para pensar em todas as implicações que esta sociabilidade pode produzir na formação da cultura política das sociedades modernas (DARNTON, 1987); inclusive na formação cultural e política do próprio Lima Barreto. Desta coleção de João do Rio, constam dez livros de F. Nietzsche, com edições datadas entre 1877 e 1921. Portanto, a citação feita por Lima Barreto a Nietzsche não é intempestiva ou mesmo descabida face ao que se lia e discutia no Rio de Janeiro de então.

Os sentimentos políticos e a crítica social por ele produzida relacionam-se às suas próprias experiências sociais e políticas, nos marcos do processo de subjetivação experimentada pela sua história de vida. Mulato, pobre, órfão de pai aos seis anos de idade que recebe formação escolar primorosa pelo empenho da mãe. Esta é a mesma descrição do personagem Isaías do “*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*”. Logo nas primeiras páginas do livro, onde Lima Barreto constrói sua trama ficcional os problemas de reconhecimento e o ressentimento são sentimentos subjetivados e anunciados. Para que o jovem se desloque para a Capital para tentar a vida, seu tio Valentim solicita ao coronel Belmiro que detinha o mando local provinciano uma carta de recomendação a um político para que lhe arranjasse emprego. Enquanto planejava, imaginou que sua situação no Rio estaria garantida.

“Obteria um emprego. Um dia pelos outros iria às aulas, e todo o fim de ano, durante seis, faria os exames, ao fim dos quais seria doutor! Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e omnímudo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, tratria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade



de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. (...) Ah! Doutor! Doutor! ... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polifórmicos... Era um pallium, era alguma coisa como clâmide sagrada, tecida com o fio ténue e quase imponderável, mas cujo encontro os elemtnos, os maus olhares, os exorcismos se quebravam”. (LIMA BARRETO, 1981:34-35)

O campo dos estudos sobre a história da saúde mental no Brasil tem referido bastante à participação de Juliano Moreira e Afrânio Peixoto nos debates que marcaram o surgimento da Psicanálise na virada do século XIX para o XX (ODA, 2010: 495-514); especialmente o trabalho de 1905, uma coautoria dos dois médicos baianos, que apresenta uma contribuição original e inovadora sobre a autofilia e o estado paranoide, que antecedeu o desenvolvimento do trabalho de Freud sobre o narcisismo (COSTA PEREIRA, 2007: 18-53). Assim como tem sabido explorar a riqueza das informações destiladas nos “*Diários do Hospício*” e no “*Cemitério dos Vivos*”, de Lima Barreto. Estes dois escritos vêm sendo, inclusive, comparados ao relatório de Schreber no “*Memórias de um doente dos nervos*”, que inspirou Freud para desdobramentos analíticos a partir da produção textual (Schreber não foi paciente de Freud). Portanto, assim como F. Nietzsche foi recepcionado pelo campo intelectual literário brasileiro, S. Freud e as novidades epistemológicas portadas pelo seu pensamento também o foram. Freud foi lido e referido pelos intelectuais da saúde mental (e isso era esperado), e também por outros agentes sociais intelectualizados que estavam sintonizados com as discussões de temas e autores que circulavam entre a Europa e as Américas. O papel da boemia literária e o campo artístico na recepção e difusão da produção freudiana foi alvo dos estudos da História Social da Psicanálise de Peter Gay (GAY, 1988: 409-410) e Elizabeth Roudinesco (ROUDINESCO, 1989: 17-49) que tratam da recepção e popularização da Psicanálise.

O segundo aspecto que queremos destacar diz respeito à referência sobre a doença mental de Nietzsche – o “doido”. Queremos levantar algumas questões que nos permite deslocar a interpretação para o “doido do Lima Barreto” (afinal, qual a “mágoa que rala” a alma de Lima Barreto); num esforço de apresentar mais uma contribuição aos tantos e bons estudos sobre o escritor. Lima Barreto, como outros intelectuais, padecia dos ressentimentos relacionados a falta de reconhecimento público sobre a excelência de sua produção literária. E, pela ênfase que dá à situação psicológica da personagem de Lourenço na crônica “*Mágoa que rala*”, somos tentados a intuir que não só Lima Barreto quis tratar da autopunição do personagem por



sentimento de culpa referido à “autofilia” excessiva, quando, deduzimos que o literato andou lendo e pesquisando sobre “seu caso”. O acúmulo de pequenos fracassos e a frustração face às tantas expectativas nele depositadas pela família não o teria “martirizado” tal qual a culpa da personagem de constrói para Lourenço?

O alcoolismo poderia ser um sintoma e não a causa do seu infortúnio?

Podemos encaminhar uma interpretação sobre o quanto Lima Barreto deixa transparecer sua consciência sobre o alcoolismo como um sintoma e não como causa dos distúrbios que o levaram a sucessivas internações. Depreendemos, ainda, uma decepção sobre suas expectativas de reconhecimento e um grande ressentimento pela experiência histórica de escritor preto numa sociedade ex-escravista e sua aristocrática “República das Letras”.

Referências

Cândido, Antônio. “Radicais de ocasião”, In *Teresina, Etc.*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Carvalho, Elysio. *A Polícia Carioca e a Criminalidade Contemporânea*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

Darnton, Robert. *Boemia Literária e Revolução*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Gay, Peter. *Freud. Uma vida para o nosso tempo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Lima Barreto, Afonso Henrique. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, 8ª. Edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

Lima Barreto, Afonso Henriques. *Diário do Hospício (1920)/Cemitério dos Vivos*, Biblioteca Carioca. Vol. 8, Série Literatura, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação, Divisão de Editoração, 1993.

Lima, Herméto. *O Alcoolismo no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

Neder, Gizlene. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil. Criminalidade, Justiça e Constituição do Mercado de Trabalho no Brasil (1890-1927)*, 2ª. Edição, Niterói: EdUFF, 2012.



Oda, Ana Maria Galdini Raimundo. "Ordenando a babel psiquiátrica: Juliano Moreira, Afrânio Peixoto e a paranoia na nosografia de Kraepelin (Brasil, 1905)", In *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 17, supl.2, Dez. 2010, p. 495-514.

Pereira, Mário Eduardo Costa. "Lacan com Juliano Moreira e Afrânio Peixoto: a autofilia primitiva, o narcisismo e a questão da paranoia legítima", In APPOA (org.). *Psicose: aberturas da clínica*, Porto Alegre: Libretos, 2007, pp. 18-53.

Roudinesco, Elizabeth. *A História da Psicanálise na França. A Batalha dos Cem Anos, vol. 2: 1925-1985*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. Cf. especialmente o primeiro capítulo: "O Surrealismo a Serviço da Psicanálise".

Nota:

¹ Nietzsche, Friedrich Wilhelm (1844-1900). *Die frohliche Wissenschaft*. ("La gaya scié") 9ª. Edição mit einem anhang: *Lider des prinzen Volgfelfrei*, Leipzig: Verlag von E. W. 1887. [Localização BN: 52. 2. 15].